

# MINHA HISTÓRIA COM O DIREITO

Maria da Glória Caxito Mameluque<sup>1</sup>

Era o ano de 1973. Eu acabara de chegar de São Francisco-MG, onde meu marido tinha sido Prefeito até janeiro daquele ano. Anteriormente ele ocupara o cargo de Diretor Comercial da Companhia de Navegação do São Francisco, em Pirapora e já havia sido Prefeito daquela cidade, de 1963 a 1965. Tínhamos muitas mordomias e o cargo era bem remunerado. Mas eis que em uma noite chega à nossa casa uma caravana de homens de São Francisco, convidando, ou melhor, convocando meu marido para voltar a candidatar-se para um período de dois anos (1971 e 1972). Para tanto, ele teria que desligar-se do cargo ocupado para candidatar-se. Foi uma reviravolta em nossa vida: novamente campanha política, desassossego e toda sorte de acontecimentos que uma política de cidade do interior carrega.

Relutei muito, mas ao final, não houve jeito. Mesmo contra a minha vontade, tive de acompanhar meu marido, com uma promessa de que, se saísse vitorioso, assim que terminasse a gestão, nos mudaríamos para outra cidade, para começar de novo.

---

<sup>1</sup> Maria da Glória Caxito Mameluque, advogada e psicóloga, Presidente da Academia Montesclarensense de Letras, fundadora e 1ª Presidente da Academia Feminina de Letras de Montes Claros, Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros e da Academia de Ciências, Letras e artes do São Francisco. E-mail: glorinhamameluque@hotmail.com

Vitória nas urnas, período tumultuado, muitas cobranças, pois em dois anos, pouco se pode fazer. Terminado o mandato, estávamos sem emprego, sem economias, sem clientes, pois meu marido era advogado e teve que abandonar a profissão durante o tempo da gestão e ainda com quatro filhos pequenos. Era preciso recomeçar do nada. Decidimos nos mudar para uma cidade maior, onde poderíamos ter melhores oportunidades e nossos filhos uma perspectiva melhor para o futuro, pois em São Francisco havia apenas o ensino fundamental. Eu era funcionária pública estadual e ganhava um pouco de salário. Tivemos que alugar uma casa e colocar os filhos numa escola pública, pois não poderíamos arcar com muitas despesas numa cidade até então desconhecida para nós.

Descobri que para ter uma promoção no meu serviço, era necessário que tivesse o Curso de Direito. Só assim poderia candidatar-me a uma situação melhor. Aproximava-se o vestibular e havia quase vinte anos que eu estava afastada dos bancos escolares. Incentivada por meu marido decidi inscrever-me sem nenhum curso preparatório, estudando em casa e ainda trabalhando dois expedientes e com quatro filhos pequenos que ainda dependiam da minha presença. Consegui vitória no vestibular para o Curso de Direito na antiga FADIR, depois agregada à Universidade Estadual – UNIMONTES.

Começou a minha maratona: trabalhando dois expedientes na Superintendência da Fazenda, de onde saía às dezoito horas; corria à minha casa para ver os filhos e às dezenove horas já estava na

Faculdade, onde permanecia até às vinte e três horas, quando voltava para minha casa.

Começaram as aulas: a primeira foi com o professor Augusto José Vieira Neto, que mais tarde tornou-se Juiz de Direito. Começou a aula de Direito Constitucional narrando a tragédia grega escrita por Sófocles. Antígona, filha de Édipo e Jocasta deseja enterrar seu irmão Polinice, que atentou contra a cidade de Tebas, mas o tirano Creonte promulgou uma lei impedindo que os mortos que atentaram contra a lei da cidade fossem enterrados, o que era uma grande ofensa para o morto e sua família, pois sua alma não faria a transição ao mundo dos mortos e ficaria vagando nas margens do rio, sem passar para o outro lado. Antígona, enfurecida, vai então sozinha contra a lei e enterra seu irmão. É capturada e sentenciada à morte. Com essa história, o professor inteligentemente quis mostrar aos seus alunos que existe uma lei maior que todas, o Direito Natural.

Em seguida vem a professora culta, bonita, educada, fina, hoje Desembargadora no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a Dra. Heloisa Helena Ruiz Combat vieira, que nos abre as portas do Direito Civil, com maestria e finesse.

E não poderia faltar a Introdução ao Estudo do Direito, ministrada pelo professor Dr. Hélio Oscar Valle Moreira, ex-militar e advogado. Aprendemos com ele que o Direito é uma matéria “gelatinosa” e que se não tivermos conhecimento e competência, nos escapa às mãos.

E vão desfilando outros professores, como o Dr. Georgino Jorge de Souza, Coronel reformado da Polícia Militar e famoso advogado criminalista, com aulas magistrais sobre o Direito Penal, quando teatralmente nos mostrava como se defende um réu no Tribunal do Júri.

No decorrer dos cinco anos vieram outros e eu fui me apaixonando pelo Direito, convencendo-me que de fato o Direito não era pura teoria, mas uma força viva, antes já afirmado por Rudolf Von Ihering no seu livro “A luta pelo direito”, onde conclui que “A justiça sustenta numa das mãos a balança em que pesa o direito, e na outra a espada de que se serve para o defender.”

Apesar de casada e mãe de quatro filhos pequenos, curti minha vida de estudante como qualquer outro, sem regalias ou mordomias e ao final fui contemplada com o diploma Dr. João Luiz de Almeida, como a melhor aluna da turma.

Começou então o meu exercício profissional ao lado do meu marido, advogado já respeitado nos meios forenses por sua grande atuação na área de Direito da Família e defensor dos Direitos Humanos. Com ele pude praticar o que aprendi nos bancos escolares e contribuir na defesa dos irmãos mais injustiçados e desprovidos de bens materiais.

Assim, a minha história de vida se viu entrelaçada e abraçada cada vez mais pelos laços da Justiça e do Direito.